



REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0.010.000.068/2019.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração.

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DA CPL DO MUNICÍPIO DE PAJEÚ DO PIAUÍ-PI.

PARA: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ASSUNTO: Contratação de assessoria Jurídica para prestação de serviços na área tributária do Município de Pajeú do Piauí-PI.

### PARECER JURÍDICO

EXAME DA LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DIRETA ART. 25, II, C/C ART. 13, III E V DA LEI Nº 8.666/93. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

#### 1. OBJETO DA ANÁLISE

Trata-se de solicitação formulada pela Ilma. Sra. Secretária Municipal de Administração acerca da possibilidade legal de contratação direta, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 25, II, c/c Art. 13, III e V da Lei nº 8.666/93, dos serviços de assessoria especializados de assessoria e consultoria jurídica na área tributária para assessorar o departamento de tributos do Município de Pajeú do Piauí-PI.

Justifica a solicitação em razão que departamento de tributos do Município necessita de auxílio específico na área tributária e que a contratação de um profissional qualificado e especializado na área do Direito Tributário Municipal, tendo em vista a complexidade da aplicação de normas com edição de leis, regulamentos e decretos, com isso visando melhorar a gestão municipal no que se refere a esta área específica e considerando também que Prefeitura Municipal diante da inexistência de profissionais capacitados e graduados especializados no quadro geral de pessoal que possam orientar os servidores e que de todas as condições necessárias para organizar e instruir os processos as quais for parte, judicial ou extrajudicialmente realizados por essa municipalidade, garantindo o cumprimento das prescrições legais e a observâncias das normas norteadoras da administração pública.

É o importante a informar, em seguida exara-se o opinativo.



## 2. DAS PRESCRIÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A MATÉRIA

Sobre o assunto, a principal celeuma que existe, é o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, em especial, a notória especialidade do fornecedor, a singularidade do objeto e a justificativa dos preços e dos serviços.

Pautado por essa perspectiva, não se mostra razoável impor ao gestor público que, na imensidão de obrigações administrativas e legais, contrate os serviços de assessoria jurídica levando-se em conta, exclusivamente o menor preço, menosprezando o elemento essencial que é a natureza intelectual dos serviços e o resultado pretendido através dessa relação de confiança.

No que tange a notória especialidade prevista na lei, cumpre destacar que, as o Processo Administrativo Nº0.010.000.068/2019. Consta portfólio contendo as especialidades e experiências do profissional contratado, preenchendo, portanto, a notória especialidade exigida no Art. 25, II da Lei nº 8.666/93. Com efeito, embora haja uma pluralidade de escritórios e diversos profissionais na área de advocacia em condições de desempenhar os serviços de assessoria e consultoria jurídica a administração pública, pois, o mercado de serviços advocatícios porquanto seja numeroso, cada profissional tem suas qualidades técnicas no desempenho da função, sendo reconhecido pela sua forma de atuar, de sorte que, até mesmo para questões da nossa vida civil, a contratação de advogados não está atrelada ao preço, mas sim no elemento confiança.

Ademais, no que se refere aos requisitos exigidos no inciso II e III do Parágrafo único do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, compulsando os autos é forçoso concluir que a escolha recaiu diretamente sobre o executado pelo Louanne Gonçalves Vieira de Carvalho OAB Nº:10043, tendo em vista a sua atuação na área jurídica, de modo que, a notória especialização do contratado.

Outro ponto decisivo para a escolha do profissional Louanne Gonçalves Vieira de Carvalho, reside no grau de confiança que a Secretária Municipal de Administração e Planejamento depositou no profissional a ser contratado.

Analisando o tema, é extrema de dúvidas a autorização legal no sentido de inexigir o procedimento licitatório para contratação dos serviços técnicos



especializados no da patrocínio e defesa de direitos ou interesses em que o município de Pajeú do Piauí for parte, judicial ou extrajudicialmente, dada a singularidade do objeto a ser contratado. Inclusive nesse sentido o Doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>1</sup>, resume de maneira clara e objetiva a questão da **singularidade**, pontuando:

**“Em suma: a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual,** artística ou a argúcia de quem o executa, atributos estes que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa. **Embora outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade científica, técnica ou artística,** cada qual **o faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações e conclusões,** parciais ou finais e tais fatores individualizadores repercutirão necessariamente quanto a maior ou menor satisfação do interesse público. **Bem por isto não é indiferente que sejam prestados pelo sujeito A ou pelos sujeitos B ou C,** ainda que todos estes fossem pessoas de excelente reputação. **É natural, pois que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado** – a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria – recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso, serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a **confiança** de que produzirá a atividade mais adequada para o caso. Há, pois, nisto, também um componente subjetivo ineliminável por parte de quem contrata”. (sic)

Destaque-se que este requisito foi, inclusive, objeto de análise por parte do egrégio Supremo Tribunal Federal (STF), que, através do Ministro Eros Grau, assim se posicionou acerca da confiança:

**“Serviços técnicos profissionais especializados são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado.** Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. **Dai que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços- procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do ‘trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’** (AP nº 348/SC, Plenário, rel. Ministro Eros Grau, j. Em 15.12.2006, DJ de 03.08.2007)

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 8ª Ed. São Paulo: Malheiros p. 332.

Já no que tange ao preço do serviço contratado, o parâmetro utilizado foram os valores firmados nos contratos similares realizados pela gestão anteriores, de modo que o valor cobrado pela prestação de serviços, além de não conter quaisquer indícios de superfaturamento é compatível com os preços praticados por diversas bancas de advogados do Piauí quando da prestação de serviços a outros entes públicos.

Por fim, analisando o Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação Nº 001.000.068/2019, resta comprovado que processo administrativo em comento foi devidamente instruído, observando-se todas as formalidades e requisitos conforme determina a legislação, sendo imperioso o reconhecimento de sua regularidade.

### III. DA POSSIBILIDADE LEGAL DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Após análise dos Processos de Inexigibilidade é forçoso concluir que, os serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica para assessorar o departamento pessoal para atuar no patrocínio e defesa de direitos ou interesses em que o município de Pajeú do Piauí for parte, judicial ou extrajudicialmente, representando o município em qualquer juízo, grau de jurisdição ou tribunal, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, durante a vigência de sua contratação, integram o rol de serviços técnicos especializados previstos no Art. 13 da Lei nº 8.666/93 que autoriza a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, pois a singularidade do objeto, não significa dizer que o serviço só possa ser prestado por um único profissional.

Nesse contexto é preciso trazer à baila entendimento sedimentado pela jurisprudência no sentido de ser plenamente válido exigir o procedimento licitatório, quando da contratação dos serviços técnicos especializados, como é o caso de assessoria jurídica, dada a singularidade do objeto a ser contratado. Assim, como bem pontuou o mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística ou a argúcia de quem o executa, atributos estes que são precisamente os que a



Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa.

Ou seja, a singularidade do objeto não se confunde com singularidade do contratado, pois embora um tanto numeroso o mercado profissional brasileiro, o que nos leva a crer que outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade ofertada pelo profissional, cada qual o faz à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações e conclusões, revelando que a singularidade não é de executores, mas sim do objeto a ser executado.

Nesse sentido deve se dizer que, embora haja uma pluralidade de profissionais em condições de desempenhar os serviços de assessoria e consultoria jurídica pois, o mercado de serviços advocatícios e contábeis porquanto seja numeroso, cada profissional tem suas qualidades técnicas no desempenho da função, de sorte que, até mesmo para questões da nossa vida civil, a contratação desses serviços não está atrelada ao preço, mas sim no elemento confiança.

Quanto a celeuma que existe acerca dos requisitos a serem observados quando da contratação dos serviços técnicos especializados, em decisão datada de 22 de junho de 2016, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ao apreciar a Ação Penal nº 2015.0001.000714-9, rejeitou denúncia apresentada pelo Ministério Público do Estado do Piauí, com base em informações do Relatório de Fiscalização da DFAM TCE PI, requerendo a condenação da gestora de Miguel Alves-PI, em face da contratação de serviços advocatícios e contábeis, através de inexigibilidade de licitação, estaria em desconformidade com a lei de licitações, vejamos:

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL – DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO (ARTS. 89, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93) – CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ASSESSORIA JURÍDICA E CONTÁBIL – AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – PREFEITO MUNICIPAL – DENÚNCIA REJEITADA – DECISÃO UNÂNIME.

1. O excepcional trancamento da ação penal só é possível quando comprovada desde logo a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa, como na espécie, precedentes do STF.
2. **Denúncia rejeitada.** (TJ/PI. Ação Penal 2015.0001.000714-9, Des. Relator Pedro de Alcântara da Silva Macedo)



Outro ponto que merece destaque é o fato da correta instrução processual, pois o processo administrativo e comento, além de devidamente formalizado, contém os requisitos exigidos no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, sobretudo, no que tange às razões da escolha do fornecedor, a notória especialidade do contratado e a demonstração da compatibilidade dos preços dos serviços contratados com os praticados no mercado.

#### IV. CONCLUSÃO.

Em última análise, é de clareza solar que os serviços de assessoria e consultoria jurídica a ser contratados pelo Município se enquadram perfeitamente no rol de serviços técnicos especializados e possuem autorização legal para sua contratação direta, através de inexigibilidade de licitação, consoante disposto no Art. 25, II, c/c Art. 13, III e V da Lei nº 8.666/93, não havendo que se falar em realização de despesa em desconformidade com a lei de licitações.

Salvo Melhor Juízo, este é o Parecer o qual remeto à apreciação da autoridade consulente.

Pajeú do Piauí-PI, 18 de janeiro de 2019.

*James de Sousa da Costa*

**JAMES RODRIGUES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**C.N.P.J Nº: 21.528.885/0001-76**

**Assessoria Jurídica da CPL/PMP-PI**

**JONAS DE SOUSA DA COSTA**

**OAB PI Nº: 10037**